LEI N° 1.264/98

Dispõe sobre a celebração de convênios entre o Poder Público e entidades da sociedade civil do Município, sem fins lucrativos, para a promoção de ações no âmbito da política pública de assistência social

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Ações e dos Padrões de Assistência Social

Art. 1° - As ações no âmbito da política de assistência social no Município compreenderão a celebração de convênios entre o Executivo e entidades sem fins lucrativos da sociedade civil, com a finalidade de assegurar o disposto na Lei Orgânica de Assistência Social, Lei Federal n° 8.742, de 1993, e na Lei Municipal n° 1.104, de 1995.

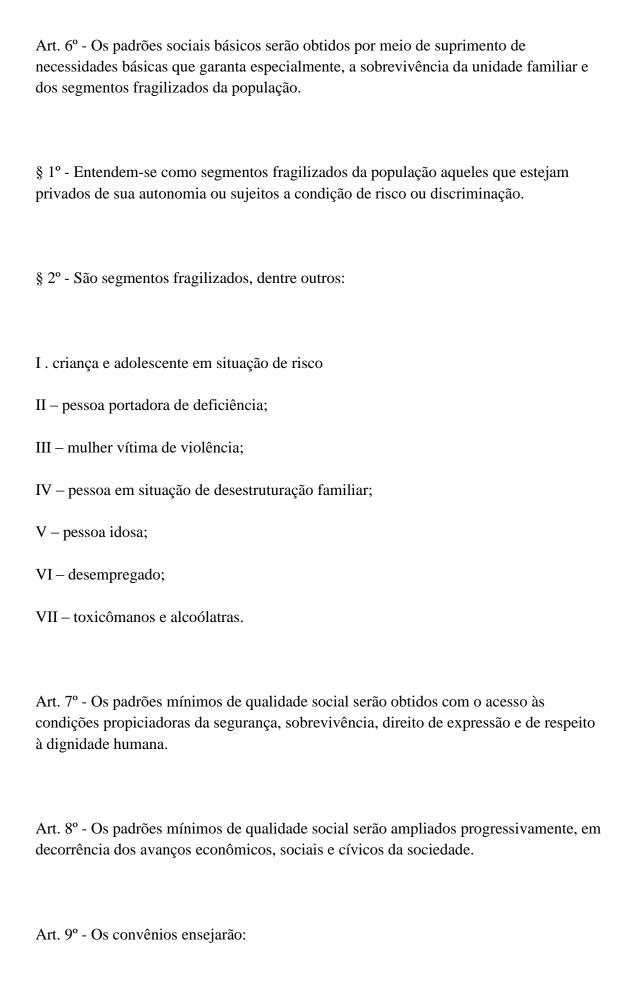
Art. 2° - Os convênios serão formalizados com as entidades que atendam aos requisitos do artigo 11 da presente Lei.

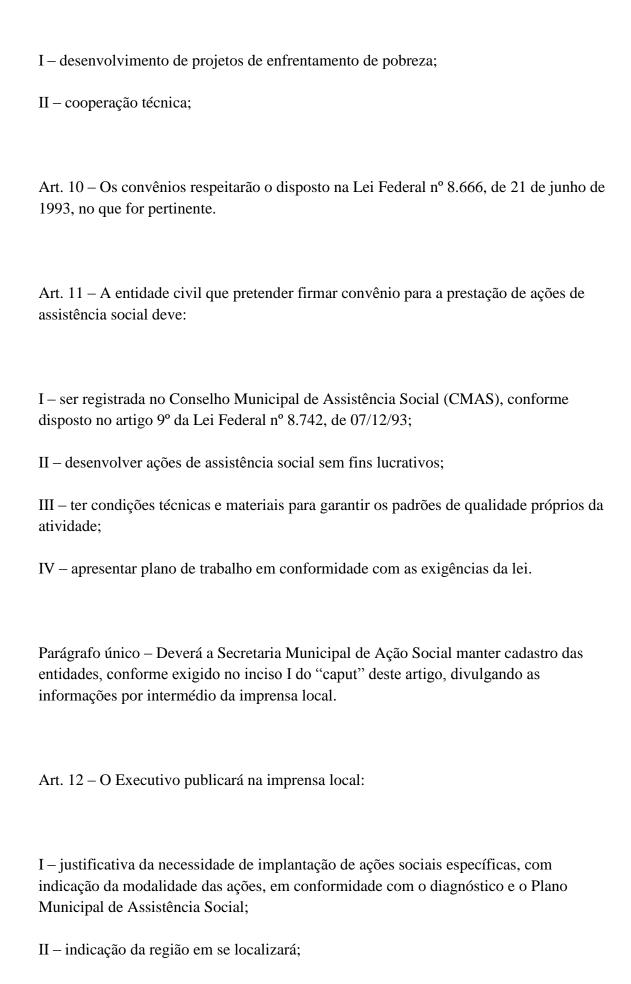
Art. 3° - Os convênios deverão garantir os direitos de cidadania e fazer prevalecer o caráter público da ação.

§ 1° - Para garantir os direitos de cidadania, será exigido das entidades conveniadas compromisso com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito das políticas sociais, sob as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, como ações de

§ 2° - Os convênios serão renovados anualmente.
§ 3° - Para fazer prevalecer o caráter público da ação, será dada publicidade às atividades, observando-se o cumprimento de padrões mínimos de qualidade social, na satisfação das necessidades básicas.
Art. 4° - Os convênios obedecerão à política pública de assistência social prevista na legislação pertinente, observando os seguintes princípios:
I. igualdade de direitos no acesso ao atendimento; vedada a discriminação de qualquer natureza e a comprovação da necessidade;
II. acesso a benefícios e a serviços de qualidade;
III. respeito à dignidade do cidadão, à autonomia, à privacidade e à convivência familiar, comunitária e social;
IV. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política de assistência social e no controle das ações sociais em todos os níveis;
V. complementaridade entre o Poder Público e as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos na prestação de serviços à população, assegurado o caráter público do atendimento;
VI. igualdade de oportunidade entre as entidades, para assinatura de convênios com ampla publicidade desde sua homologação.
Art. 5° - As ações de assistência social deverão produzir condições para alcance de padrões sociais básicos, priorizando o atendimento à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física.

democratização da gestão dos serviços prestados.





III – indicação da forma e dos prazos de apresentação de propostas pelos interessados.
Art. 13 – As propostas para assinatura de convênios serão analisadas pelo órgão competente e submetidas, posteriormente, ao CMAS.
Parágrafo único – Em caso de empate entre duas entidades candidatas a celebrar o mesmo convênio, caberá ao órgão competente indicar a vencedora, observados os critérios de qualidade definidos pelo CMAS.
Art. 14 – O Executivo Municipal publicará na imprensa local a homologação do convênio firmado, o prazo e os padrões de qualidade a serem assegurados.
Art. 15 – Só poderão ser renovados os convênios firmados que:
I – preencham os requisitos legais;
II – comprovem qualidade no atendimento;
III – tenham demanda justificada;
IV – tenham executado todas as obrigações previstas nesta Lei.
§ 1° - Os convênios firmados que atendam ao disposto nos incisos I e II do "caput" deste artigo não poderão ser rescindido, sem prévia discussão no CMAS.
Art. 16 – Cabe ao Executivo:

I – garantir no Orçamento anual, em dotações específicas dos respectivos fundos, os recursos necessários ao cumprimento dos convênios;

II – demonstrar ao CMAS a suficiência de recursos alocados no Orçamento municipal para a manutenção dos convênios;

III – garantir a capacitação e o treinamento dos recursos humanos que operam as ações conveniadas;

IV – proceder à fiscalização da qualidade da assistência prestada e da aplicação dos recursos alocados e respectiva contabilização.

Art. 17 – Cabe à entidade conveniada apresentar ao órgão municipal competente:

I – plano anual de custos e de aplicação dos recursos públicos recebidos pelo convênio, bem como a contrapartida da entidade;

II – prestação de contas mensal, incluindo relatório mensal de atendimento;

III – dados que permitam avaliar suas funções, conforme estabelecido nos artigos 5°, 6°, 7° e 8° desta Lei.

Parágrafo único – A entidade conveniada deve garantir o padrão de qualidade das ações previstas no convênio possibilitando que sejam atendidas as recomendações do órgão competente e dos usuários, sob pena de rescisão, por deliberação do CMAS, caso tais exigências não sejam satisfatórias.

Art. 18 – O Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de 90(noventa) dias.

Art. 19 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Viçosa, 09 de julho de 1998
Fernando Santana e Castro
Prefeito Municipal
(A presente Lei foi aprovada em reunião da Câmara, no dia 30.06.98)